

HABEAS CORPUS Nº 489.522 - PI (2019/0012306-4)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : REBECA FERREIRA RODRIGUES
ADVOGADO : REBECA FERREIRA RODRIGUES - PI014971
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
PACIENTE : JOAO PEDRO DA SILVA SANTOS (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de JOÃO PEDRO DA SILVA SANTOS apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (HC n. 0710480-91.2018.8.18.0000).

Consta dos autos ter sido o paciente preso cautelarmente pela suposta prática do crime previsto no art. 121 do Código Penal (homicídio).

Impetrado *habeas corpus* no Tribunal de origem objetivando a soltura do paciente, a ordem foi denegada (e-STJ fls. 36/39).

No presente *writ*, sustenta a impetrante inexistir motivação idônea para a segregação antecipada, visto que não apontada, concretamente, a presença dos requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal, asseverando que o ato infracional supostamente praticado pelo paciente, e mencionado no decreto prisional, não ensejou a aplicação de nenhuma medida socioeducativa.

Destaca a suficiência da imposição de medidas cautelares alternativas.

Busca, inclusive liminarmente, seja revogada a custódia cautelar do paciente.

Liminar indeferida às e-STJ fls. 43/44.

Prestadas as informações, o Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do *writ* (e-STJ fls. 79/88).

É o relatório.

Decido.

Consoante visto no relatório, busca a defesa a liberdade do paciente.

O ordenamento jurídico vigente traz a liberdade do indivíduo como regra. Desse modo, a prisão revela-se cabível tão somente quando estiver concretamente comprovada a existência do *periculum libertatis*, sendo impossível o recolhimento de alguém ao cárcere caso se mostrem inexistentes os pressupostos autorizadores da medida extrema, previstos na legislação processual penal.

Considerando-se, ainda, que ninguém será preso senão por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, bem como que a fundamentação das decisões do Poder Judiciário é condição absoluta de sua validade (Constituição da República, art. 5º, inciso LXI, e art. 93, inciso IX, respectivamente), há de se exigir que o decreto de prisão preventiva venha sempre concretamente motivado, não fundado em meras conjecturas.

A propósito do assunto, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, embora ainda um pouco oscilante, optou pelo entendimento de que o risco à ordem pública se constata, em regra, pela reiteração delituosa e/ou pela gravidade concreta do fato.

É sempre importante lembrar que *"o juízo sobre a gravidade genérica dos delitos imputados ao réu, a existência de indícios de autoria e materialidade do crime, a credibilidade do Poder Judiciário bem como a intranquilidade social não constituem fundamentação idônea a autorizar a prisão para a garantia da ordem pública, se desvinculados de qualquer fato concreto, que não a própria conduta, em tese, delituosa"* (HC n. 48.381/MG, relator Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, DJ de 1º/8/2006, p. 470).

Portanto, demonstrada a gravidade concreta do crime praticado, revelada, na maioria das vezes, pelos meios de execução empregados, ou a contumácia delitiva do agente, a jurisprudência desta Casa autoriza a decretação ou a manutenção da segregação cautelar, dada a afronta às regras elementares de bom convívio social.

Na apreciação das justificativas da custódia cautelar, *"o mundo não pode ser colocado entre parênteses. O entendimento de que o fato criminoso em si não pode ser conhecido e valorado para a decretação ou a manutenção da prisão cautelar não é consentâneo com o próprio instituto da prisão preventiva, já que a imposição*

desta tem por pressuposto a presença de prova da materialidade do crime e de indícios de autoria. Assim, se as circunstâncias concretas da prática do crime indicam periculosidade, está justificada a decretação ou a manutenção da prisão para resguardar a ordem pública" (STF, HC n. 105.585, relatora Ministra ROSA WEBER, Primeira Turma, julgado em 7/8/2012, DJe de 21/8/2012).

À vista desse raciocínio e dos vetores interpretativos estabelecidos, entendo serem suficientes os motivos apontados pelas instâncias de origem para fundamentar a prisão preventiva no tocante à garantia da ordem pública.

Confira-se o que consta da decisão de primeiro grau que converteu a prisão em flagrante do paciente em preventiva (e-STJ fls. 20/21):

Cuida-se de pedido formulado pela Autoridade Policial do Núcleo Policial Investigativo de Femicídio, relacionado ao Inquérito Policial Nº 1007/2018, representando pela , já busca e apreensão e prisão preventiva de JOÃO PEDRO DA SILVA SANTOS devidamente qualificados nos autos em epígrafe.

A investigação em questão apura a suposta prática do Crime de Homicídio (art. 121, do CP), praticado contra Ludimar de Sousa Oliveira, vulgo "Babalu", fato caput, ocorrido em 08/09/2018, às 00h:00min, no Bairro Todos os Santos, nesta Capital.

Instado a manifestar-se, o representante do Ministério Público apresentou parecer favorável ao pleito.

Relatados em síntese, decido.

O Código de Processo Penal, em seu art. 312, elenca as hipóteses nas quais são cabíveis a decretação da prisão preventiva, quais seja, a garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria.

Cumpre consignar que o crime supostamente praticado pelo investigado (art. 121, do Código Penal) possui pena máxima em abstrato superior a 04 (quatro) anos, caput, encontrando, assim, autorização para a decretação da prisão preventiva, segundo o art. 313, I do CPP, verifico evidenciados os pressupostos da prisão cautelar, os quais, In casu mitigam o princípio da presunção de inocência inserto na Carta Magna, ante os indícios de autoria e prova da materialidade colacionadas pela autoridade policial.

O é extraído do fumus commissi delicti Declaração de Óbito (fl. 29); Termos de Declarações de fls. 27; Boletim de Ocorrência fl. 13; Reconhecimento Visuográfica de Local de Crime (fls. 14/22) e Relatório de Plantão fls. 23/26.

Tais dados demonstram a materialidade do crime e fortes indícios de autoria em relação ao investigado.

Por oportuno, corroborando os fortes indícios de autoria do representado quanto à prática delitiva, menciona-se o termo de declarações que presta FRANCISCA DE SOUSA OLIVEIRA, que relata o ocorrido na noite do crime, verbis:

[...]

Consigne-se do Relatório de Reconhecimento Visuográfica de Local de Crime que a vítima foi alvejada com um disparo de arma de fogo da região orbital esquerda, e, segundo a mãe da vítima Senhora Francisca das Chagas, o autor do disparo que tirou a vida de sua filha seria João Pedro, e que trata-se de um traficante de drogas.

Quanto ao periculum libertatis, este se refere ao risco de que a demora das investigações ou da tramitação processual venha a prejudicar o ajuizamento da ação penal ou a prestação jurisdicional, podendo ser caracterizado através de elementos que permitam influir como ou em que grau a liberdade poderia ensejar um dano, seja numa ótica retroativa (acautelar o meio social) ou prospectiva (inibir novos delitos, garantir a eficácia do processo penal) - (TJ/PI HC n.º 201400010072587 – Des. José Francisco do Nascimento).

Insta registrar que conforme certidão criminal de fl. 33, o representado respondeu quando adolescente pela suposta prática do ato infracional análogo ao delito de Recepção (0001017-88.2017.8.18.0005), o que demonstra a propensão à prática delitiva e o menosprezo ao Estado de Direito, o que corrobora a necessidade da segregação cautelar.

A anterior prática de crimes sem condenação, apesar de não poder ser considerada para fins de reincidência ou maus antecedentes, pode servir para justificar a manutenção da prisão preventiva como garantia da ordem pública. É o entendimento do Egrégio Tribunal de Justiça, consoante ENUCIADO Nº 03, APROVADO NO I WORKSHOP DE CIÊNCIAS CRIMINAIS: “Consiste em fundamentação idônea para a decretação da prisão preventiva por garantia da ordem pública a existência de inquéritos policiais em andamento, ações penais ou ação para apuração de ato infracional que evidenciem a reiteração criminosa por parte do réu.” Sobre o assunto, trago ensinamento do professor Guilherme de Souza Nucci (Código de Processo Penal Comentado – 9ª ed, pag 630), : “Reiteração na prática in verbis criminosa: é motivo suficiente para constituir gravame à ordem pública, justificadora da decretação da prisão preventiva.” Conferir: TJSP:

[...]

Ademais, consta da Representação Policial, fls. 02/05, que João Pedro da Silva Santos já há muito tempo pratica o tráfico de drogas (art. 33, da Lei 11.343/06) na região onde ocorreu o crime de homicídio.

[...]

Não é ilegal o encarceramento provisório que se funda em dados concretos a indicar a necessidade da medida cautelar, especialmente em elementos extraídos da conduta perpetrada pelos representados.

Assiste razão ao ilustre membro do Parquet. Assim, acolho o

parecer ministerial que adoto como razão de decidir.

Ex positis, com base nos artigos 311, 312 e 313, I do CPP, DECRETO A já devidamente qualificado, PRISÃO PREVENTIVA de JOÃO PEDRO DA SILVA SANTOS em prol garantia da ordem pública e para assegurar a aplicação da lei penal. (Grifei.)

Como se vê, o paciente responde pela prática de crime grave, qual seja, homicídio, e, ao decretar a prisão preventiva, destacou o magistrado de piso, sobretudo, a reiteração delitiva do paciente, o qual já se viu processado pela prática de ato infracional, bem como o fato de tratar-se de traficante de entorpecentes.

Portanto, mostra-se evidente que a custódia preventiva está justificada na necessidade de garantia da ordem pública.

Em casos análogos, no tocante à prática pretérita de atos infracionais, esta Corte assim se pronunciou:

PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. REITERAÇÃO DELITIVA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO. ORDEM DENEGADA.

1. A validade da segregação cautelar está condicionada à observância, em decisão devidamente fundamentada, aos requisitos insertos no art. 312 do Código de Processo Penal, revelando-se indispensável a demonstração de em que consiste o periculum libertatis.

2. Na espécie, a custódia cautelar encontra-se devidamente motivada, pois destacou o Magistrado de piso a reiteração delitiva do paciente, que "ostenta antecedente por ato infracional junto pela Vara da Infância da Juventude", bem como responde a outro processo por tráfico de entorpecentes perante o mesmo Juízo de origem, a despeito da quantidade de droga apreendida - vinte e um papérolas de cocaína e mais cinco pinos contendo a mesma substância, com peso total de 11g.

3. Conforme pacífica jurisprudência desta Corte, a preservação da ordem pública justifica a imposição da prisão preventiva quando o agente ostentar maus antecedentes, reincidência, atos infracionais pretéritos, inquéritos ou mesmo ações penais em curso, porquanto tais circunstâncias denotam sua contumácia delitiva e, por via de consequência, sua periculosidade.

4. Ordem denegada. (HC 483.185/SP, de minha relatoria, SEXTA TURMA, julgado em 19/02/2019, DJe 08/03/2019, grifei.)

HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO

PREVENTIVA. ART. 312 DO CPP. FUNDAMENTAÇÃO SUFICIENTE. HABEAS CORPUS DENEGADO.

1. Para ser compatível com o Estado Democrático de Direito - o qual se ocupa de proteger tanto a liberdade quanto a segurança e a paz públicas - e com a presunção de não culpabilidade, é necessário que a decretação e a manutenção da prisão cautelar se revistam de caráter excepcional e provisório. A par disso, a decisão judicial deve ser suficientemente motivada, mediante análise da concreta necessidade da cautela, nos termos dos artigos 282, incisos I e II c/c 312 do CPP.

*2. O Juízo singular apontou a presença dos vetores contidos no art. 312 do Código de Processo Penal, em especial o risco à ordem pública, dada a relevante quantidade e a diversidade das drogas apreendidas - a saber, 279 g de maconha, 59 g de cocaína e 20 g de crack - a evidenciarem a prática habitual da traficância, **além do risco de reiteração delitiva, tendo em vista as anotações anteriores do paciente relativas a processos por atos infracionais análogos ao tráfico de entorpecentes.***

3. Habeas corpus denegado. (HC 479.323/SP, relator Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 12/02/2019, DJe 11/03/2019, grifei.)

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. ROUBO MAJORADO. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. RISCO CONCRETO DE REITERAÇÃO DELITIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. IMPOSSIBILIDADE. OFENSA AO PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA. NÃO CONFIGURAÇÃO. ORDEM DE HABEAS CORPUS DENEGADA.

1. A manutenção da custódia cautelar encontra-se suficientemente fundamentada na garantia da ordem pública diante do risco concreto de reiteração delitiva. No caso, o Paciente possui diversos registros pela prática de atos infracionais, alguns, inclusive, equiparados a crimes patrimoniais e de tráfico ilícito de drogas. O entendimento desta Corte Superior é no sentido de que a prática de atos infracionais é idônea para justificar a manutenção da prisão preventiva para a garantia da ordem pública.

2. Nesse aspecto, a jurisprudência da Suprema Corte dispõe que "a periculosidade do agente e a fundada probabilidade de reiteração criminosa constituem fundamentação idônea para a decretação da custódia preventiva" (HC 150.906 AgR, Rel. Ministro ROBERTO BARROSO, PRIMEIRA TURMA, DJe de 25/04/2018).

3. Condições pessoais favoráveis, tais como primariedade, bons antecedentes e residência fixa, não têm o condão de, por si sós, desconstituir a custódia processual, caso estejam presentes outros requisitos que autorizem a decretação da medida extrema.

4. Demonstrada pelas instâncias ordinárias, com expressa menção à situação concreta, a presença dos pressupostos da prisão preventiva,

não se mostra suficiente a aplicação de quaisquer das medidas cautelares alternativas à prisão.

5. Não há ofensa ao princípio da presunção de inocência quando a prisão preventiva é decretada com fundamento em indícios concretos de autoria e materialidade delitiva extraídos dos autos da ação penal.

6. Ordem de habeas corpus denegada. (HC 478.618/SC, relatora Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 07/02/2019, DJe 28/02/2019, grifei.)

RECURSO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. APLICAÇÃO DE MEDIDAS ALTERNATIVAS À PRISÃO. INSUFICIÊNCIA À GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. RECURSO IMPROVIDO.

1. Apresentada fundamentação concreta, evidenciada na quantidade de droga apreendida (200g de maconha) e na vivência delitiva do recorrente, pois responde a outro processo-crime por furto qualificado, além de atos infracionais anteriores por lesão corporal no contexto de violência doméstica e tráfico de drogas, não há que se falar em ilegalidade do decreto de prisão preventiva.

2. Havendo a indicação de fundamentos concretos para justificar a custódia cautelar, não se revela cabível a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, visto que insuficientes para resguardar a ordem pública.

3. Recurso em habeas corpus improvido. (RHC 102.943/MS, relator Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 27/11/2018, DJe 05/12/2018, grifei.)

Aliás, "a jurisprudência desta Corte de Justiça é firme ao asseverar que a existência de inquéritos, ações penais em curso ou condenações definitivas denotam o risco de reiteração delitiva e, assim, constituem também fundamentação idônea a justificar a segregação cautelar" (RHC n. 76.929/MG, relator Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 17/11/2016, DJe de 29/11/2016).

Considerando a fundamentação acima expendida, reputo ser indevida a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, uma vez que se mostram insuficientes para o resguardo da ordem pública.

O entendimento exarado pelo Ministério Público Federal vai ao encontro da conclusão ora alcançada. Eis a ementa do aludido parecer (e-STJ fl. 79):

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO.

Superior Tribunal de Justiça

INADMISSIBILIDADE. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA SUFICIENTEMENTE FUNDAMENTADA NO MODUS OPERANDI – O PACIENTE EFETUOU DISPARO DE ARMA DE FOGO EM FACE DA VÍTIMA, EM UMA PRAÇA PÚBLICA, DURANTE UMA FESTA, APÓS UMA DISCUSSÃO ACERCA DE UM SUPOSTO FURTO DE UMA BATERIA DE CARRO, EMPREENDENDO FUGA EM SEGUIDA – E NO RISCO DE DELITIVA, TENDO EM VISTA QUE OSTENTA CONDENAÇÃO POR ATO INFRACIONAL E INQUÉRITO PENAL EM CURSO POR TRÁFICO DE DROGAS. PRECEDENTES. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DE PRISÃO. DESCABIMENTO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO.

Parecer pelo não conhecimento do writ.

À vista do exposto, **denego a ordem.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator